

# **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

## **EMENTÁRIO**

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

### **Comissão do Ementário**

Supervisor

Desembargador Manoel de Christo Alves Filho

Maristela Rufino de Lima - Bacharela em Direito

Assessora do Plenário “Des. Orlando Dias Vieira”.

Rosa Helena Tavares de Christo Alves - Bacharela em Direito

Assessora do Plenário “Des. Oswaldo Pojucan Tavares”.

Ednair Melo Fernandes Leão - Bacharela em Direito.

Técnica-Judiciário

Nádia de Moraes Rego Carneiro - Bacharela em Direito

Colaboradores:

Aline Ádima Gil Ferreira - Bacharela em Direito

Jane Ramôa Jordy - Bacharela em Direito.

Luiz Alberto Tuji de Castro - Bacharel em Direito.

Paula Helena Mendes Lima Ribeiro - Bacharela em Direito.

Rosana Jassé Borges - Auxiliar Judiciária

Rita Manuela de Macedo Parente - Graduada em Comunicação Social.

Capa : Walter Nazareno Mendes Lima - Arquiteto e Urbanista.

Editoração Eletrônica e Impressão: Departamento de Informática do TJE-PA

## **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

Desembargadora..... CLIMENIÉ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES - Presidente  
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA- Vice-Presidente  
Desembargador ..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA - Corregedor

## **CONSELHO DA MAGISTRATURA**

Desembargadora..... CLIMENIÉ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES  
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Desembargador ..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA  
Desembargador ..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Desembargadora..... IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO  
Desembargadora..... SÔNIA MARIA DE MACÉDO PARENTE  
Desembargador ..... MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

## **MEMBROS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Desembargador ..... JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA  
Desembargadora..... IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO  
Desembargadora..... CLIMENIÉ BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES  
Desembargadora..... MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA  
Desembargador ..... PEDRO PAULO MARTINS  
Desembargador ..... JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA  
Desembargador ..... WERTHER BENEDITO COELHO  
Desembargadora..... YVONNE SANTIAGO MARINHO  
Desembargadora..... RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES  
Desembargador ..... JAIME DOS SANTOS ROCHA  
Desembargadora..... ALBANIRA LOBATO BEMERGUY  
Desembargador ..... BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA  
Desembargadora..... OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY  
Desembargadora..... MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES  
Desembargador ..... FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES  
Desembargadora..... MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA  
Desembargador ..... OTÁVIO MARCELINO MACIEL  
Desembargadora..... MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE  
Desembargadora..... CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE  
Desembargadora..... HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO  
Desembargadora..... SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE  
Desembargador ..... MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE  
Desembargador ..... GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA  
Desembargadora..... MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE  
Desembargadora..... RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA  
Desembargadora..... ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS  
Desembargadora..... THEREZINHA MARTINS DA FONSECA  
Desembargador ..... RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES  
Desembargadora..... MARTA INÉS ANTUNES JADÃO  
Desembargador ..... ERONIDES DE SOUSA PRIMO  
Desembargadora..... ANA TEREZA SERENI MURRIETA



## SUMÁRIO

---

	Pág.
<b>CIVIL E PROCESSUAL CIVIL.....</b>	<b>7</b>
<b>AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>	<b>9</b>
<b>AGRAVO.....</b>	<b>13</b>
<b>APELAÇÃO .....</b>	<b>21</b>
<b>CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>29</b>
<b>EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO .....</b>	<b>33</b>
<b>MANDADO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>37</b>
<b>REEXAME DE SENTENÇA.....</b>	<b>41</b>
<b>PENAL E PROCESSUAL PENAL .....</b>	<b>47</b>
<b>AÇÃO PENAL.....</b>	<b>49</b>
<b>APELAÇÃO CRIMINAL .....</b>	<b>53</b>
<b>HABEAS CORPUS .....</b>	<b>63</b>
<b>ÍNDICE SISTEMÁTICO.....</b>	<b>71</b>



## **CIVIL E PROCESSUAL CIVIL**





## **AÇÃO RESCISÓRIA**



**AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO DE DESPEJO. PROVA DOCUMENTAL. INEXISTÊNCIA.**

AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO DE DESPEJO. DEIXANDO O REVEL DE PRODUZIR PROVA DOCUMENTAL EM AÇÃO DE DESPEJO NÃO PODERÁ PRETENDER RESCINDIR A SENTENÇA, POIS QUE POR INÉRCIA, DEIXOU DE APRESENTÁ-LA NA INSTÂNCIA ORDINÁRIA.

**(A.Resc. - PA Acórdão nº45.691. Relatora: Desa. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE. C.C.R. Un**



## **AGRAVO**



**ALIMENTOS - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - PRINCÍPIO DA PERPETUAÇÃO DE JURISDIÇÃO - ARTIGO 87 DO CPC - COMPETÊNCIA DETERMINADA PELO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO - MODIFICAÇÕES DE ESTADO DEFATOE DE DIREITO - IRRELEVÂNCIA.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. ASSISTÊNCIA JURIDIÁRIA. I. O SIMPLES FATO DE SER A AUTORA PORTADORA DE DIPLOMA UNIVERSITÁRIO NÃO AFASTA, POR SI SÓ, A POSSIBILIDADE DE SER DECLARADA POBRE NO SENTIDO DA LEI, NESSA CONDIÇÃO, ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. II. PELO PRINCÍPIODA PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO INSCULPIDO NO ARTIGO 87 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, O MOMENTO EM QUE SE DETERMINA A COMPETÊNCIA É O DA PROPOSITURA DA AÇÃO, SENDO IRRELEVANTES MODIFICAÇÕES DE ESTADO DE FATO E DE DIREITO OCORRIDAS POSTERIORMENTE. III. RECURSO CONHECIDOE IMPROVIDO.

**(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.642. Relator: Desa. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 17/12/2001).**

**AÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS. LEI Nº8.971/94. INTERESSES DO MENOR. PROVIMENTO.**

RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS. PRELIMINAR: NULIDADE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 93, IX DA CF. A EXPOSIÇÃO CONCISA DO MAGISTRADO, APOIANDO-SE NA RELAÇÃO CONCUBINÁRIA E PARENTESCO, AFASTA A CARACTERIZAÇÃO PRETENDIDA PARA A NULIDADE DO “DECISUM”. REJEIÇÃO UNÂNIME. MÉRITO: NÃO SE ENCONTRANDO PATENTEADA A CARACTERIZAÇÃO DOS REQUISITOS ESTABELECIDOS NO ART. 1º DA LEI 8.971/94, AS PROVIDÊNCIAS FORMALIZADAS PELO AGRAVADO PARA RESGUARDAR OS INTERESSES DO MENOR E A INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO HÁBIL DA REAL CAPACIDADE ECONÔMICA DO ALIMENTANTE, FAZEM VISLUMBRAR A TEMERIDADE DO ARBITRAMENTO CONCEDIDO, ENSEJANDO A SUSPENSÃO DE SUA EFICÁCIA ATÉ A COLHEITA DE PROVAS CONCRETAS, DEFININDO OS LIMITES DA CONTROVÉRSIA ESTABELECIDA. PROVIMENTO. SUSPENSÃO DA DECISÃO.

**(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.221. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 18/03/2002)**

**AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA HIPOTECÁRIA E PIGNORATÍCIA, MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL. LIMINAR CONCEDIDA. INADMISSIBILIDADE.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA HIPOTECÁRIA E PIGNORATÍCIA, MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL. LIMINAR CONCEDIDA. INADMISSIBILIDADE. I. ESTANDO PRESCRITO O RESGATE DOS TÍTULOS DADÍMDA PÚBLICA, EMITIDAS NAS DÉCADAS DE 1900 A 1940, FICA INVIÁVEL A SUA UTILIZAÇÃO COMO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL, PAGAMENTO DE TRIBUTOS FEDERAIS, ETC..., FACE A SUA NÃO LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE. II. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO PARA MODIFICAR A DECISÃO RECORRIDAE CASSAR A LIMINAR CONCEDIDA PELO JUIZ MONOCRÁTICO. III. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. ACÓRDÃO N°36.561- RELATORA DESA. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA E ACÓRDÃOS N°32.289 E 37.398- D.J. 13.10.99 EM QUE FUI RELATORA. IV. DECISÃO UNÂNIME.

**(Ag.Instr. - PA Acórdão nº44.821. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 04/03/2002).**

**CONSTITUCIONAL. ART. 163 DA CF E ART. 62 DA CE. REPASSE DE DUODÉCIMO. ARBITRAMENTO. PRAZO. TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE.**

CONSTITUCIONAL. ART. 163 DA CF E ART. 62 DA CE. REPASSE DE DUODÉCIMO. ARBITRAMENTO. PRAZO. TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE. 1. DECISÃO RECORRIDA, TUTELA ANTECIPADA, FIXOU PERCENTUAL E PRAZO PARA REPASSE DE DUODÉCIMO. 2. TRATANDO-SE DE MATÉRIA PREVISTA NAS CONSTITUIÇÕES FEDERAL E ESTADUAL, IMPOSSÍVEL SE TORNA SUA MODIFICAÇÃO. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(Ag.Instr. - PA Acórdão nº44.716. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA 1ªC.C.I. Unânime. Julgamento: 07/08/2000).**



**AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. FALTA DE ENTREGA DA COISA E DE CONSIGNAÇÃO EM DINHEIRO. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. DECRETAÇÃO.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. SENDO O ALIENANTE FIDUCIÁRIO POSSUIDOR DIRETO DO BEM E DEPOSITÁRIO COM TODAS AS RESPONSABILIDADES E ENCARGOS LEGAIS, BEM COMO, ENCONTRANDO-SE NA CONDIÇÃO DE DEVEDOR DEPOSITÁRIO, QUE NÃO ENTREGA A COISA, NEM CONSIGNA O EQUIVALENTE EM DINHEIRO, CABÍVEL SERÁ A DECRETAÇÃO DE SUA PRISÃO CIVIL, FACE À SUA CONDIÇÃO DE DEPOSITÁRIO INFIEL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.219. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 2ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 15/04/2002).

**AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE - DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE - INTIMAÇÃO DOS REQUERIDOS PARA PROVAREM PAGAMENTO OU PROPRIEDADE DO OBJETO DA LIDE - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - CONDENAÇÃO DO RECORRENTE - PACIFICIDADE DOUTRINÁRIA - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE - DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE, QUE DETERMINA INTIMAÇÃO DOS REQUERIDOS PARA PROVAREM PAGAMENTO OU PROPRIEDADE DO OBJETO DA LIDE, NÃO PODE SER ATACADO PELO RECURSO ELENCADO NO ART. 522 DO CPC - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - CONDENAÇÃO DO RECORRENTE DE ACORDO COM OS ARTS. 17, VII E 18 DO CPC - PACIFICIDADE DOUTRINÁRIA - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS - RECURSO NÃO CONHECIDO - UNANIMIDADE.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº44.828. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 11/03/2002).

**INVENTÁRIO. ILEGALIDADE. CASSAÇÃO DE DESPACHO.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO - INVENTÁRIO - CASSADO O DESPACHO QUE REVOGOU DESPACHO QUE IMITIRA O INVENTARIAMENTE PROVISORIAMENTE NA POSSE DE SEUS BENS - FACE À ILEGALIDADE DO MESMO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO - UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.316. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BÊNONE. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 25/04/2002).

**RENOVATÓRIA. ALUGUÉIS PROVISÓRIOS. PRECLUSÃO. PERÍCIA. LIMITELEGAL.**

PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. RENOVATÓRIA. ALUGUÉIS PROVISÓRIOS. PRECLUSÃO. PERÍCIA. LIMITE LEGAL. 1. A PRECLUSÃO DESTINA-SE, EFETIVAMENTE, ÀS PARTES, EXCLUÍDAS DO SEU ÂMBITO AS DECISÕES DO MAGISTRADO. ESTAS NÃO SE SUJEITAM À INVALIDAÇÃO NO DESCUMPRIMENTO DE PRAZO FIXADO PARA QUE SEJAM PROFERIDAS. 2. A PERÍCIA NÃO CONDICIONA A DECISÃO JUDICIAL, SERVINDO, NO CONTEXTO DE OUTRAS INFORMAÇÕES, COMO INSTRUMENTO FORMADOR DA LIVRE CONVICTÃO DO JUÍZO. INTELIGÊNCIA DO ART. 436 DO CPC. 3. TEM-SE COMO JUSTA E JURIDICAMENTE CORRETA A DECISÃO QUE FIXA O ALUGUEL PROVISÓRIO, A DESPEITO DE DIVERGENTE EM RELAÇÃO AO ESTIMADO PELA PERÍCIA, BALIZADA EM OUTRAS INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS AUTOS, FUNDADA NA LIVRE CONVICTÃO DO JUIZ, E SOBRETUDO QUANDO ESTEJA NOS LIMITES FIXADOS PELO §4º DO ART. 72 DA LEI Nº8.245/91. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.008. Relator: Des. GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/03/2002).

**DIREITO COMERCIAL. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. CHEQUE. PRESCRIÇÃO.**

DIREITO COMERCIAL. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. CHEQUE. PRESCRIÇÃO. 01. CARECE DE OBRIGATORIEDADE A PRESENÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA FASE QUE ANTECEDE A DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. 02. CHEQUE ALCANÇADO PELA PRESCRIÇÃO, ASSIM DESPROVIDO DE FORÇA EXECUTIVA, É INSERVÍVEL PARA JUSTIFICAR PEDIDO E, CONSEQÜENTE, DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. 03. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº45.007. Relator: Des. GERALDO DE MORAES CORRÊA LIMA 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/03/2002).

**COMPETÊNCIA. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO. DIREITO OBRIGACIONAL. ADMISSIBILIDADE.**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO. DIREITO OBRIGACIONAL. ADMISSIBILIDADE. I. TENDO AS PARTES LITIGANTES ELEITO O FORO EM CONTRATO PARA AS AÇÕES ORIUNDAS DE DIREITOS OBRIGACIONAIS, NÃO PODE, TAL FORO, SER ALTERADO POR UMA DELAS, SEM ANUÊNCIA DA OUTRA. AINDA MAIS, SE O FORO DE ELEIÇÃO FOR O DOMICÍLIO DO RÉU. II. AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

(Ag.Instr. - PA Acórdão nº44.764. Relatora: Desa. MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES. 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 04/03/2002).

**AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ART. 524 DO CC. DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. LEILÃO PÚBLICO. ARREMATAÇÃO. DEC-LEI 70/66.**

AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ART. 524 DO CC. DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. LEILÃO PÚBLICO. ARREMATAÇÃO. DEC. LEI 70/66. I. O DECRETO LEI 70/66, QUE NORTEIA A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL, INCLUSIVE LEILÃO PÚBLICO E ARREMATAÇÃO DOS IMÓVEIS, ESTABELECE EM SEU ART. 37, §2º, A AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE COMO A PRÓPRIA PARA O ADQUIRENTE REQUERER A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL, PODENDO SER PROPOSTA CONTRA O DEVEDOR OU QUEM ESTÁ NA POSSE DO MESMO. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**(Ag.Instr. - PA Acórdão nº44.767. Relatora: Desa. MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA 1ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 25/02/2002).**

## **APELAÇÃO**



**CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. CONEXÃO ENTRE AÇÕES. INSUFICIÊNCIA DE DEPÓSITO. RESILIÇÃO DO ATO JURÍDICO. RECURSO IMPROVIDO.**

APELAÇÃO CÍVEL. ACOLHE-SE A PRELIMINAR DE OFÍCIO. SUSCITADA PELO RELATOR DE CONEXÃO ENTRE AS AÇÕES DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO E DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, EM QUE CONTENDEM AS MESMAS PARTES, COMO RESULTANTE DA INTERLIGAÇÃO ENTRE AMBAS, POR IGUAIS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO, QUANTO AO MÉRITO, IMPROVÊ-SE O APELO DOS AUTORES DA CONSIGNATÓRIA, PARA JULGÁ-LA IMPROCEDENTE, POR TEREM DEIXADO DE OFERECER O VALOR INTEGRAL DO DÉBITO, DE ACORDO COM A FORMA DE PAGAMENTO VINCULADA AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL OBJETO DO LITÍGIO (INSUFICIÊNCIA DO DEPÓSITO), A TEOR DA FUNDAMENTAÇÃO, POR CONSEQUÊNCIA, A SOLUÇÃO ÉA DA RESILIÇÃO DO ATO JURÍDICO ( DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA), POSTO QUE NÃO CUMPRIDA PELOS DEVEDORES A CONDIÇÃO ESTABELECIDADA, VEREDITO DADO PELA SENTENÇA RECORRIDA NA AÇÃO ORDINÁRIA DE RESCISÃO DE CONTRATO, QUE SE CONFIRMA, EM PARTE, PARA, ASSESUGANDO A REINTEGRAÇÃO DA AUTORA NA POSSE DO BEM EM LITÍGIO E SUA PLENA DISPONIBILIDADE, DETERMINAR QUE A MESMA DEVOLVA, EM VALORES CORRIGIDOS, AS PRESTAÇÕES QUE RECEBEU POR CONTA DO PREÇO AJUSTADO AO FINANCIAMENTO, NOS MOLDES DO CONTRATO, PROCEDENDO-SE OS DESCONTOS DOS ALUGUERES DEVIDOS REFERENTES À OCUPAÇÃO DO IMÓVEL EM LITÍGIO PELOS APELANTES, POR CABER DIREITO EM FAVOR DA APELADA ÀS PERDAS E DANOS. TUDO A SER APURADO EM LIQUIDAÇÃO, NA FORMA PRECONIZADA NESTE JULGADO. RECURSOS IMPROVIDOS.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº45.021. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA 3ª C.Civ. I. Unânime. Julgamento: 07/03/2002)**

**AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO SOB RESPALDO NO ART. 129 DO CPC. EXCESSO PRATICADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. CARACTERIZAÇÃO. NULIDADE DECRETADA.**

AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO SOB RESPALDO NO ART. 129 DO CPC. CARACTERIZADO O EXCESSO PRATICADO PELA AUTORIDADE PROCESSANTE COM VIOLAÇÃO A DIREITOS CONSTITUCIONAIS DE EXERCÍCIO DE CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA, ACOLHE-SE A NULIDADE DA DECISÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, LV DA CF. PROVIMENTO. NULIDADE DECRETADA.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº45.090. Relatora: Desa. ALBANIRA LOBATO BEMERGUY. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 11/03/2002).**

**AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIBERAÇÃO DO CÂMBIO OCASIONOU MAJORAÇÃO NAS PARCELAS CONTRATUAIS.**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIBERAÇÃO DO CÂMBIO OCASIONOU MAJORAÇÃO NAS PARCELAS CONTRATUAIS. NESTES CASOS O PODER JUDICIÁRIO TEM COMPETÊNCIA PARA REVER AS CLÁUSULAS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. SUAS REGRAS TÊM APLICABILIDADE NAS OPERAÇÕES DE LEASING. JURISPRUDÊNCIA FIRMADA NESTES CASOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE DE VOTOS.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº45.222. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 25/03/2002).**

**PROVENTOS DE APOSENTADORIA. DIFERENÇA. SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA EM DESFAVOR DO INSS. APELO PROVIDO.**

PROVENTOS DE APOSENTADORIA. PLEITO MANIFESTADO PELA ENTIDADE OFICIAL DOS APOSENTADOS DO BASA, ÀS DIFERENÇAS AUFERIDAS PELO RÉU EM RAZÃO DE SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA EM DESFAVOR DO INSS PELA JUSTIÇA FEDERAL, EM AÇÃO PELOS MESMOS PROPOSTA NAQUELA JURISDIÇÃO. O FATO DE O RÉU TER CONTRIBUÍDO COM TAL DIFERENÇA, PARA DIMINUIR A DEFASAGEM ENTRE O QUE RECEBIA ENQUANTO ESTAVA TRABALHANDO E AQUILO QUE RECEBERIA SE FOSSE REGIDO UNICAMENTE PELO SISTEMA OFICIAL DE PREVIDÊNCIA (INSS), NÃO CONFERE À AUTORA RECORRIDA O DIREITO DE RECEBER O VALOR QUE O INSS PAGOU ÀQUELE TÍTULO. A LEI 6.435/77, QUE REGULA A MATÉRIA, NADA ESTABELECE ACERCA DOS PERCENTUAIS DEVIDOS AOS PARTICIPANTES DOS PLANOS, DE SORTE QUE AS NORMAS DE CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS FORAM REMETIDAS AOS REGULAMENTOS A SEREM BAIXADOS PELAS ENTIDADES RESPECTIVAS. E NO CASO, INEXISTINDO, NO ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE AUTORA OU MESMO NO REGULAMENTO BÁSICO, REGRA QUE LHE CONFIRA O DIREITO DE REIVINDICAR EVENTUAL DIFERENÇA PAGA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL AOS SEUS SEGURADOS E TITULARES DOS BENEFÍCIOS COMPLEMENTARES A ELAS CONCEDIDOS A QUANDO DO SEU "JUBILAMENTO", DEVE SER PROVIDO O APELO.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº44.647. Relator: Des. JOÃO ALBERTO CASTELLO BRANCO DE PAIVA 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 10/05/2001).**



**ADOLESCENTE. AUTOS DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO.**

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. ADOLESCENTE. AUTOS DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. ADMISSIBILIDADE TRATANDO-SE DE ATO COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA OU USO DE VIOLÊNCIA À PESSOA É A HIPÓTESE DOS AUTOS EM FACE DE ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO CRIME PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISO II E IV, C/C O ART. 288 PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. (HOMICÍDIO QUALIFICADO-FORMAÇÃO DE QUADRILHA).INTELIGÊNCIA DO ART. 122. RECURSO IMPROVIDO.

**(Ap.Civ.- Acórdão nº 44.967. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. 2ª Cível Isolada. Julgamento: 11/03/2002).**

**AÇÃO ORDINÁRIA. INFORMAÇÕES SOBRE CONTA CORRENTE DE CLIENTE. RESGUARDO. NEGLIGÊNCIA DOS PREPOSTOS DO BANCO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL.**

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". NÃO CONHECIDA À UNANIMIDADE. MÉRITO. A NEGLIGÊNCIA DOS PREPOSTOS DO BANCO QUANTO AO RESGUARDO DAS INFORMAÇÕES SOBRE A CONTA CORRENTE DO CLIENTE, IMPORTA EM RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL DEVIDO À QUEBRADO SIGILO BANCÁRIO. O VALOR DA INDENIZAÇÃO PELO DANO MORAL FIXADO NA SENTENÇA ATENDE AO DUPLO OBJETIVO DE REPARAR A OFENSA E PUNIR O OFENSOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº45.375. Relatora: Desa. CARMENCIN MARQUES CAVALCANTE. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 25/04/2002).**

***DIVÓRCIO E ALIMENTOS - SENTENÇA CONSIDERADA NULA - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REALIZADA SEM OBEDECER AOS TRÂMITES LEGAIS.***

APELAÇÃO CÍVEL - DIVÓRCIO E ALIMENTOS - SENTENÇA CONSIDERADA NULA - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REALIZADA SEM OBEDECER AOS TRÂMITES LEGAIS - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA O FIM DE SER REALIZADA NOVA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO- UNÂNIME.

**(Ap.Civ. - PA Acórdão nº45.766. Relatora: Desa. MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 23/05/2002).**

***AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO - SENTENÇA SUCINTA - LAUDO PERICIAL - OBSERVÂNCIA DE PONTOS ESSENCIAIS DA DEMANDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - ALTERAÇÃO DO MONTANTE DA INDENIZAÇÃO.***

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR FALTA DE MOTIVAÇÃO REJEITADA PELOS FUNDAMENTOS CONSTANTES DESTE ACÓRDÃO - SENTENÇA SUCINTA, MAS QUE OBSERVOU OS PONTOS ESSENCIAIS DA DEMANDA, NÃO PADECE DE NULIDADE - LAUDO DO PERITO JUDICIAL QUE AVALIOU DETALHADAMENTE DAS SEQÜELAS RESULTANTES DO ACIDENTE DEVE SER ACOLHIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE PARA ALTERAR O MONTANTE DA INDENIZAÇÃO - UNANIMIDADE.

**(Ap. Civ. - PA Acórdão nº 43.919. Relator: Des. JOSÉ ALBERTO SOARES MAIA 1ª C.Crim..I. Unânime. Julgamento: 19/11/2001).**

**FALTA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PROMOTOR DE JUSTIÇA. TEMPO DE SERVIÇO. PROMOÇÃO.**

A NÃO OITIVA DE TODAS AS TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO RÉU, NÃO CONSTITUI CERCEAMENTO DE DEFESA, SE A MATÉRIA OBJETO DA AÇÃO FOR UNICAMENTE DE DIREITO, PODENDO SER COMPROVADA ATRAVÉS DE DOCUMENTOS. SENDO QUE O DESPACHO QUE DISPENSOU A OITIVA DAS TESTEMUNHAS TEM CUNHO INTERLOCUTÓRIO, PASSÍVEL DE NO MOMENTO OPORTUNO TER SIDO IMPUGNADO VIA AGRAVO DE INSTRUMENTO, SOB PENA DE SER CONFIGURADA A PRECLUSÃO CONSUMATIVA. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA À UNANIMIDADE. SE NOS AUTOSHOUVER PROVA DE QUE O PROMOTOR DE JUSTIÇA FOI DEVIDAMENTE INTIMADO PARA DETERMINADO ATO PROCESSUAL, REJEITA-SE A PRELIMINAR DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL. A PRESCRIÇÃO QUINQUÊNAL PREVISTA NO ART. 1º, DO DECRETO Nº 20.910/32, ATINGE UNICAMENTE AS PARCELAS NÃO RECEBIDAS OU RECLAMADAS, NÃO ATINGINDO, ENTRETANTO, O DIREITO QUE SE INSERE NA RELAÇÃO. A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE SOMENTE SE CONFIGURA CASO A AÇÃO FIQUE PARALISADA POR MAIS DE 05 (CINCO) ANOS POR CULPA OU INÉRCIA DO AUTOR, ENTÃO, SE A PARALISAÇÃO DECORREU DA SUSPENSÃO OBRIGATÓRIA DO PROCESSO, FACE À SUSCITAÇÃO DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA, NÃO PODE A PARTE SER PENALIZADA. PRELIMINARES REJEITADAS À UNANIMIDADE. SE FICAR DEVIDAMENTE COMPROVADO A PRETERIÇÃO DO AUTOR NA LISTA DE ANTIGÜIDADE, CORRETA FOI A DECISÃO DO JUÍZO MONOCRÁTICO QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO PARA CONDENAR O RÉU A REVER O ENQUADRAMENTO FUNCIONAL DO AUTOR PARA FIGURAR COMO PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TERCEIRA ENTRÂNCIA E POSTERIOR PROMOÇÃO PARA PROCURADOR DE JUSTIÇA, COM O DEVIDO PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS ATUALIZADAS. COMO FOI REQUERIDO NA INICIAL QUE O TEMPO DE SERVIÇO NA TERCEIRA ENTRÂNCIA FOSSE COMPUTADO PARA EFEITO DE FUTURA PROMOÇÃO, NÃO OCORREU JULGAMENTO EXTRA PETITA, O DEFERIMENTO DA PROMOÇÃO DO AUTOR PARA PROCURADOR DE JUSTIÇA. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVADOS À UNANIMIDADE.

**(Ap.Civ./Reex.Sent. - PA Acórdão nº44.173. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 10/12/2001).**



## **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**



**CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZ DE PLANTÃO.**

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. COMPETÊNCIA DA 10ª VARA CRIMINAL. NÃO PREVINE A COMPETÊNCIA DECISÃO PROFERIDA POR JUIZ DE PLANTÃO. DECISÃO UNÂNIME.

**(Confl.Comp. - PA Acórdão nº45.393. Relatora: Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 27/02/2002).**

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - LEI 9.099/95 - JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL.**

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. NAS INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, DÁ-SE A REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMUM, TÃO-SOMENTE, QUANDO O ACUSADO CITADO NÃO É ENCONTRADO (EX-VI (EX-VI DO ART. 66, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº9.099/95), O QUE INOCORRE IN CASU - CONFLITO CONHECIDO - DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO PAAR - ANANINDEUA, PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO - DECISÃO UNÂNIME.

**(Confl.Neg. - PA Acórdão nº45.520. Relator: Des. BENEDITO DE MIRANDA ALVARENGA 22/05/2002. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 22/05/2002).**





## **EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO**



**EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI-MATÉRIA CONTROVERTIDA - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - ATOS JUDICIAIS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO - ACEITAÇÃO TÁCITA DA DECISÃO JUDICIAL - NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS - MAGISTRADA DE RECONHECIDA COMPETÊNCIA E INTEGRIDADE LIVRE DE QUALQUER MÁCULA**

EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE DO EXCIPIENTE PARA APRESENTAR A ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DA MMA. JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI - MATÉRIA CONTROVERTIDA - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - PRELIMINAR REJEITADA UNANIMEMENTE - PRELIMINAR DE QUE A PETIÇÃO DE ARGÜIÇÃO DE SUSPEIÇÃO DEVE SER ASSINADA POR PROCURADOR QUE TENHA PODERES ESPECIAIS PARA PROPOR A EXCEÇÃO - MOTIVAÇÃO DA EXIGÊNCIA QUE É O RESGUARDO PARA QUE O PROCURADOR NÃO VENHA A SER MULTADO NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 101 DO CPP POR ALGO QUE NÃO PARTIU DE SI PESSOALMENTE, MAS DA PESSOA QUE LHE OUTORGOU O MANDATO - PRELIMINAR TAMBÉM REJEITADA UNANIMEMENTE - MÉRITO - ESSENCIALIDADE NA CLAREZA DA INIMIZADE CAPITAL EVIDENCIADA NOS AUTOS QUANDO "SALTA AOS OLHOS" A DESAVENÇA E O DESEJO DE VINGANÇA DO JUIZ CONTRA O RÉU OU A VÍTIMA PARA QUE ENCONTRE SUPORTE LEGAL - ATOS JUDICIAIS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DA MAGISTRADA DE CORDO COM O "PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ" - ALEGAÇÃO DO EXCIPIENTE DE DESENTRANHAMENTO DE PARECER TÉCNICO JUNTADO AOS AUTOS PELO "PARQUET" QUE JÁ FOI JULGADO PELAS CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, E QUE NÃO COMPORTA MAIS DISCUSSÃO - ALEGAÇÃO PELO EXCIPIENTE DE SUBSTITUIÇÃO DA TESTEMUNHA DE DEFESA, CUJO PEDIDO FOI DEFERIDO PELA MAGISTRADA - MINISTÉRIO PÚBLICO E ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO QUE TOMARAM CIÊNCIA DE TAL DESPACHO - ACEITAÇÃO TÁCITA DA DECISÃO JUDICIAL - ARGÜIÇÃO A DESTEMPO DA SUSPEIÇÃO - ALEGAÇÃO PELO EXCIPIENTE DE ILEGAL RESTRIÇÃO À PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS - PROBABILIDADE ACENTUADA DE OCORRÊNCIA DE TUMULTO DURANTE O JULGAMENTO - NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS - DIREITO CONSTITUCIONAL DOS JURADOS E ACUSADOS RESGUARDADOS - ATOS EMANADOS DA MAGISTRADA AMPARADOS EM LEI, O QUE TORNAM DESCABIDAS AS ALEGAÇÕES DO EXCIPIENTE - MAGISTRADA QUE ESTÁ PRESIDINDO O FEITO HÁ MAIS DE UM ANO - ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO ÀS VÉSPERAS DO JULGAMENTO, E POR SOMENTE UMA DAS VÍTIMAS, QUE EVIDENCIA NA ARGÜIÇÃO UMA TENTATIVA DE TUMULTUAR O PROCESSO E PROCRASTINAR O ANDAMENTO DO MESMO - NÃO VISLUMBRAMENTO NO PROCESSO DE PROCEDÊNCIA NAS ALEGAÇÕES DO EXCIPIENTE - DECISÃO ACERTADA DA MAGISTRADA QUANDO NÃO RECONHECEU A SUSPEIÇÃO ARGÜIDA - MAGISTRADA DE RECONHECIDA COMPETÊNCIA E INTEGRIDADE E LIVRE DE QUALQUER MÁCULA - ARGÜIÇÃO REJEITADA - DECISÃO UNÂNIME.

**(Exc.Susp. - PA Acórdão nº45.139. Relatora; Desa. RAIMUNDA GOMES NORONHA C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 15/04/2002).**



## **MANDADO DE SEGURANÇA**



**MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS. DIREITO À PROMOÇÃO PARA POSTO HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO NA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE**

MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO POR SERVIDOR MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS, VISANDO LHE SEJA ASSEGURADO O DIREITO À PROMOÇÃO PARA O POSTO HIERARQUICAMENTE SUPERIOR AO SEU - O DE TENENTE CORONEL - EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO NA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE EM 29.09.2001, POR UM SERVIDOR MILITAR MAIS NOVO. I. PRELIMINARES ARGUÍDAS PELA AUTORIDADE IMPETRADA - DA IMPOSSIBILIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA EM SEDE DE MANDADO DE SEGURANÇA - CARÊNCIA DA AÇÃO - MEIO PROCESSUAL INADEQUADO - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO - INACOLHIDA PELOS FUNDAMENTOS CONSTANTES NESTE ACÓRDÃO. II. O DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2002, DO EXMO. GOVERNADOR DO ESTADO NO DOE DE 29/05/2002, PROMOVENDO AO POSTO DE TENENTE-CORONEL DO QUADRO DE OFICIAIS COMBATENTES DO CORPO MILITAR DO PARÁ (QOBM), PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE, EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO, O MAJOR QOBM EMANUEL LISBOA ALVES DO NASCIMENTO. A CONTAR DE 25.09.2001. ESVAZIA O OBJETO DO PRESENTE WRIT. III. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, NA FORMA PRESCRITA PELO ART. 267, IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

**(M.S. - PA Acórdão nº45.646. Relatora: Desa. OSMARINA ONADIR SAMPAIO NERY. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 29/05/2002).**

**PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. RENOVAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL. OCORRÊNCIA A CADA MÊS QUE O ATO COATOR SE CONFIGURA. VANTAGENS DE CARÁTER PESSOAL. EXCLUSÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA.**

SE A AUSÊNCIA DE CÓPIA DA PETIÇÃO INICIAL E DOS DOCUMENTOS QUE A INSTRUÍRAM NÃO CONSTITUIR ÓBICE PARA O EXERCÍCIO DA AMPLA DEFESA DAS AUTORIDADES COATORAS, REJEITA-SE A PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. TRATANDO-SE DE PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO, A CADA MÊS QUE O ATO COATOR SE CONFIGURA, O PRAZO DECADENCIAL SE RENOVA. QUANDO A PRETENSÃO DO IMPETRANTE É PELO RECONHECIMENTO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO, NÃO INCIDE A SÚMULA Nº 269, DO STF, QUE PREVÊ A IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO *WRIT* COMO SUBSTITUTO DA AÇÃO DE COBRANÇA. À INICIAL FORAM JUNTADOS TODOS OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO RECONHECIMENTO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO, QUE COMPROVAM DE FORMA IRREFUTÁVEL A OCORRÊNCIA DO ATO COATOR. PRELIMINARES REJEITADAS À UNANIMIDADE DE VOTOS. AS NORMAS INCULPIDAS NO ART. 37, XI E NO ART. 39, § 4º, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NÃO SÃO AUTO-APLICÁVEIS, E ATÉ QUE SE EDITE A NORMA DEFINIDORA DO SUBSÍDIO MENSAL DOS MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, A TEOR DO ART. 48, XV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DEVERÃO PREVALECER OS TETOS ESTABELECIDOS PARA OS TRÊS PODERES, NOS TERMOS DO ART. 37, XI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA REDAÇÃO ANTERIOR À EMENDA COMPLEMENTAR Nº 19/98, EXCLUINDO-SE AS CHAMADAS VANTAGENS DE CARÁTER PESSOAL. SEGURANÇA CONCEDIDA PARA QUE SEJA CONSIDERADO A TÍTULO DE INCIDÊNCIA DO REDUTOR CONSTITUCIONAL, OS VENCIMENTOS DOS SECRETÁRIOS ESPECIAIS DO ESTADO, E PARA EXCLUIR DO 'TETO REMUNERATÓRIO' A PARCELA REFERENTE ÀS VANTAGENS DE CARÁTER PESSOAL.

**(M.S. - PA Acórdão nº43.578. Relatora: Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO. Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 17/10/2001).**



## **REEXAME DE SENTENÇA**



**AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE REMUNERAÇÃO E PROVENTOS - SERVIDORES APOSENTADOS DO IDESP - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - ADMISSIBILIDADE DO RECURSO.**

REEXAME DE SENTENÇA. AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE REMUNERAÇÃO E PROVENTOS. SERVIDORES APOSENTADOS DO IDESP. SENTENÇA JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO. ALEGAÇÕES INVOCANDO INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM PARA APRECIAR E JULGAR O PLEITO E PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ADMISSIBILIDADE DO RECURSO RESULTANTE DE JULGAMENTOS DO STF. NO CASO, DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE E ANÁLISE DOS AUTOS MOSTRA-SE ADEQUADO E ADMISSÍVEL O RECURSO PARA SER REFORMADO O DECISÓRIO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**(Reex.Sent./Ap.Civ. - PA Acórdão nº44.589. Relator: Des. PEDRO PAULO MARTINS. 2ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 17/12/2001).**

**APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - SUPRESSÃO DE PARCELAS DE PAGAMENTO - REVISÃO PELO PODER PÚBLICO - RECURSO IMPROVIDO.**

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. SUPRESSÃO DE PARCELAS DE PAGAMENTO. REVISÃO PELO PODER PÚBLICO. I. PRELIMINARES SUSCITADAS REJEITADAS E OUTRAS NÃO CONHECIDAS. II. É DEVER DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REVER E ATÉ MESMO MODIFICAR SEUS PRÓPRIOS ATOS QUE ATENDEM CONTRA A LEGISLAÇÃO, RELATIVAMENTE A CONCESSÃO DE VANTAGENS AOS SERVIDORES CONTUDO ESSA REVISÃO DEVE SER ANTECEDIDA DE PROCESSO REGULAR NO QUAL SE ASSEGURE O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, NÃO PODENDO SER RECONHECIDA REVISÃO UNILATERAL. III. RECURSOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. MANTIDA A DECISÃO HOSTILIZADA. UNANIMIDADE.

**(Reex.Sent. - PA Acórdão nº45.644. Relatora: Desa. SÔNIA MARIA DE MACEDO PARENTE. 3ª C.C.I. Unânime. Julgamento: 14/03/2002).**

**AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DA SENTENÇA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ ALCANÇADA PELO ÂMBITO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. ADMISSIBILIDADE DA EXECUÇÃO. PRECATÓRIO A SER EXPEDIDO.**

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DA SENTENÇA. I. NÃO PODERÁ SER REDISCUSSA MATÉRIA QUE JÁ FOI ALCANÇADA PELO ÂMBITO DA COISA JULGADA. II. INEXISTE O PRIVILÉGIO DE NÃO EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, POIS QUE NÃO SE ENCONTRA EXCEPCIONADA NO ORDENAMENTO PROCESSUAL E LEGAL. TAL EXECUÇÃO É ADMISSÍVEL DEVENDO PARA TANTO SER EXPEDIDO O COMPETENTE PRECATÓRIO.

**(Reex.Sent. - PA Acórdão nº45.082. Relatora: Desa. MARIA DO CÉU CABRAL DUARTE. 3ª C.Civ.I. Unânime. Julgamento: 14/04/2002).**

**CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. MADADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PARA DELEGADO DE POLÍCIA. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À NORMA EDITALÍCIA. INOCORRÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA.**

CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. MADADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PARA DELEGADO DE POLÍCIA. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À NORMA EDITALÍCIA NÃO SE CONFIGURA A INFRAÇÃO A ESSAS NORMAS, PORQUE O EDITAL FOI RIGOROSAMENTE OBEDECIDO PELO CANDIDATO. NOS TERMOS DA LEI 8.112/90, A AUTORIDADE TEM O DIREITO E O DEVER DE FIXAR NO EDITAL, DEVIDAMENTE PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, AS NORMAS QUE REGEM O CONCLAVE. CONQUANTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO ESTABELEÇA FORMA OU PROCEDIMENTO ESPECIAL, A LEI SÚPRA CONCEDE NORMATIVIDADE AO EDITAL, QUE SE CONSTITUI, ASSIM, A LEI DO CONCURSO. NÃO PODE A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA INFRINGIR O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, QUE REGE OS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO. OBEDECIDO, IN CASU, LITERALMENTE, PELO IMPETRANTE, TODAS AS CONDIÇÕES DETERMINADAS PARA INSCRIÇÃO, SUA ELIMINAÇÃO CONTRA LEGEM, FERRE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO MESMO. SEGURANÇA CONCEDIDA, À UNANIMIDADE.

**(Reex.Sent. - PA Acórdão nº44.694. Relatora: Desa. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª C.Civ. I. Unânime. Julgamento: 11/03/2002).**

**CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE PONTOS NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO E COBRANÇA DE MULTAS REGISTRADAS POR FOTOSSENSORES - ARARAS. MEIO FOTOGRÁFICO NÃO REGULAMENTADO PELO COTRAN. FALTA DE PROVA DE NOTIFICAÇÃO DEVIDAMENTE EXPEDIDA. OFENSA AO ARTIGO 282, DO CTBEAO ART. 251, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CERCEAMENTO AO DIREITO DE AMPLA DEFESA.**

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE PONTOS NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO E COBRANÇA DE MULTAS REGISTRADAS POR FOTOSSENSORES - ARARAS. MEIO FOTOGRÁFICO NÃO REGULAMENTADO PELO COTRAN. FALTA DE PROVA DE NOTIFICAÇÃO DEVIDAMENTE EXPEDIDA. OFENSA AO ARTIGO 282, DO CTB E AO ART. 251, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CERCEAMENTO AO DIREITO DE AMPLA DEFESA. APLICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO FUNDAMENTADO EM MEIO FOTOGRÁFICO NÃO AUTORIZADO, COM INOBSERVÂNCIA DO PREVISTO NO ART. 280, §2º, DO C.T.B. VIOLAÇÃO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO DO IMPETRANTE. O PODER DE POLÍCIA DO AGENTE PÚBLICO NÃO FOGE AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. INSUBSISTÊNCIA DE PROVA QUANTO À PRÁTICA DA INFRAÇÃO. RECURSO CONHECIDO, MAS IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

**(Reex.Sent. - PA Acórdão nº44.818. Relatora: Des. RUTÉA NAZARÉ VALENTE DO COUTO FORTES. 1ª C.Civ. I. . Unânime. Julgamento: 04/02/2002).**



## **PENAL E PROCESSUAL PENAL**





## **AÇÃO PENAL**



**CRIMES CONTRA A HONRA - AUTORIDADE JUDICIÁRIA - PRÁTICA DE ATOS JUDICIAIS - NULIDADE INSANÁVEL - CONFLITO NEGATIVO - ATIPICIDADE E EXCLUSÃO DE ANTIJURIDICIDADE - REJEIÇÃO DA QUEIXA.**

AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA - PEÇA HÍBRIDA DE INTERPELAÇÃO E QUEIXA - CRIMES CONTRA A HONRA ATRIBUÍDOS A AUTORIDADE JUDICIÁRIA AO PRATICAR ATOS PROCESSUAIS - PRELIMINARES REJEITADAS: INÉPCIA DA INICIAL; CRIMES DE IMPRENSA E RESPECTIVO RITO; NULIDADE INSANÁVEL PELA NÃO SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO; E “CONFLITO NEGATIVO” NO TRIBUNAL - PRELIMINAR DE DECADÊNCIA ACOLHIDA, EM PARTE - MÉRITO: ATIPICIDADE E EXCLUSÃO DE ANTIJURIDICIDADE - CARÊNCIA AO DIREITO DE AÇÃO PENAL PRIVADA - REJEIÇÃO DA QUEIXA - VOTAÇÃO UNÂNIME.

I - IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA EXORDIAL, A UMA PORQUE SUA FORMULAÇÃO COMO QUEIXA-CRIME, COM A NARRAÇÃO DE FATO CONSTITUTIVO EM TESE DE CRIME CONTRA A HONRA SUPEROU A PERPLEXIDADE OCACIONADA PELA INTERPELAÇÃO JUDICIAL CUMULATIVAMENTE OFERTADA, E A DUAS PORQUE A NARRAÇÃO, EMBORA CONFUSA, SATISFAZ AOS REQUISITOS DETERMINADOS PELO ART. 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. II - INSUSTENTABILIDADE DA ALEGAÇÃO DE SEREM DA ALÇADA DA LEI DE IMPRENSA OS CRIMES IMPUTADOS À QUERELADA E ESTAREM SUJEITOS AO RITO ESPECIAL ALI PREVISTO, TANTO PORQUE A PUBLICIDADE DADA AOS ATOS PRETENSAMENTE INCRIMINADOS DECORRE DE OBRIGAÇÃO IMPOSTA POR PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL E PELA NORMA PROCESSUAL PENAL, QUANTO PORQUE A CONDIÇÃO DE MAGISTRADA IMPÕE QUE A APURAÇÃO DOS FATOS QUE LHE FORAM IMPUTADOS SEJA PROCESSADA DE ACORDO COM A LEI Nº 8.038/90, AMPLIADA PELA LEI Nº 8.658/93, NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA E, CONFORME O REGIMENTO INTERNO, POR SEU ÓRGÃO ESPECIAL. III - INAPLICABILIDADE AO CASO DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO, NOS MOLDES DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS, POR SEREM ÓRGÃOS DE PRIMEIRO GRAU. IV - INEXISTÊNCIA DO “CONFLITO NEGATIVO”, POR HAVER NÚMERO REGIMENTAL DE MEMBROS DO ÓRGÃO ESPECIAL, INOBTANTE O IMPEDIMENTO E A SUSPEIÇÃO DE VÁRIOS DESEMBARGADORES PARA O JULGAMENTO DO FEITO. V - ACEITAÇÃO DA PRELIMINAR DE DECADÊNCIA DO DIREITO DE EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL PRIVADA APENAS EM RELAÇÃO AOS FATOS CONSTANTES DA SENTENÇA PROFERIDA PELA QUERELADA, APONTADOS, PELA QUERELANTE, COMO OFENSIVOS À SUA HONRA. VI - NO MÉRITO, DEVE-SE REJEITAR A QUEIXA, PELA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO, DE VEZ QUE AS EXPRESSÕES QUE A QUERELANTE ENTENDEU LHE TEREM SIDO OFENSIVAS, CONSTANTES DE DESPACHO EXARADO PELA QUERELADA, AO JUSTIFICAR SUA SUSPEIÇÃO PARA FUNCIONAR EM OUTRO FEITO DE INTERESSE DAQUELA, NÃO SE COADUNAM COM A CARACTERIZAÇÃO DE CRIME CONTRA A HONRA, TANTO PORQUE RESULTARAM ACOBERTADAS PELA IMUNIDADE FUNCIONAL (ART. 142, III, DO CPB) COMO EXCLUDENTE DE ANTIJURICIDADE, COMO PORQUE NÃO SE REVESTEM DE TIPICIDADE, EM VIRTUDE DO *ANIMUS NARRANDI* E DO *ANIMUS CORRIGENDI* MANIFESTADOS PELA QUERELADA, NO DESEMPENHO DA FUNÇÃO JUDICANTE. VII - À UNANIMIDADE DE VOTOS, JULGA-SE IMPROCEDENTE A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL, SEJA PELA DECADÊNCIA EM RELAÇÃO AOS FATOS CONSTANTES DA SENTENÇA SEJA PELA ATIPICIDADE E EXCLUSÃO DE ANTIJURICIDADE DOS FATOS CONSTANTES DO DESPACHO, ATOS PROCESSUAIS PRATICADOS PELA QUERELADA NA CONDIÇÃO DE MAGISTRADA E FUNCIONÁRIA PÚBLICA.

**(A Pen. - PA Acórdão nº44.762. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE Órgão Especial. Unânime. Julgamento: 13/03/2002).**

## **APELAÇÃO CRIMINAL**



**TRIBUNAL DO JÚRI. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPUTAÇÃO DO CRIME AO ADVOGADO QUE DEFENDIA O RÉU. TRATAMENTO DESIGUAL. IMPOSIÇÃO DE REGIME FECHADO INTEGRALMENTE.**

APELAÇÃO PENAL - TRIBUNAL DO JÚRI - ARGUIÇÃO DE NULIDADE ABSOLUTA MOTIVADA POR ATOS PRATICADOS PELO ADVOGADO MANDANTE DO CRIME IMPUTADO AO APELANTE; DE NULIDADE DECORRENTE DA SUSPEIÇÃO DOS JURADOS E BEM AINDA DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA CAUSADO PELA QUESITAÇÃO DAS TESTEMUNHAS DE DEFESA COMO AUTORAS DO CRIME DE PERJÚRIO - REJEIÇÃO DAS REFERIDAS PRELIMINARES: INOCORRÊNCIA - MÉRITO: ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DA AUTORIA ESCUDADA NA SUPERVENIENTE IMPUTAÇÃO DO CRIME AO ADVOGADO QUE DEFENDIA O RÉU E TRATAMENTO DESIGUAL PELA IMPOSIÇÃO DO REGIME FECHADO INTEGRALMENTE AO APELANTE E INICIALMENTE AO SEU CO-RÉU - REJEIÇÃO - RECURSO IMPROVIDO - VOTAÇÃO UNÂNIME. 1. NÃO PROCEDE A PRELIMINAR DE NULIDADE POSTERIOR À PRONÚNCIA, QUANDO ESSA DECISÃO EMERGIU SOMENTE DEPOIS OS ATOS ADVOCATÍCIOS QUE A CAUSARIAM, COMO SUSCITOU O RECORRENTE, TEREM SIDO PRATICADOS PELO SEU PATRONO, QUE FOI AFASTADO DA CAUSA PELO PRÓPRIO RÉU, MEDIANTE REVOGAÇÃO DA OUTORGA QUE LHE HOUVERA DADO. 2. RESULTA, POR IGUAL, IMPROCEDENTE A PRELIMINAR DE NULIDADE QUE TERIA COMO CAUSA A SUSPEIÇÃO DOS JURADOS, UMA VEZ QUE ESSE VÍCIO FOI SANEADO PELA SUSPENSÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO EM QUE OCORREU SUA CONSTATAÇÃO, SENDO REALIZADO OUTRO EM QUE, INCLUSIVE, USOU DA PRERROGATIVA DE RECUSA TRÊS NOMES SORTEADOS PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA. 3. NÃO SE REVESTE DE PERTINÊNCIA A ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA DECORRENTE DE, A PEDIDO DA ACUSAÇÃO, TEREM SIDO AS TESTEMUNHAS DE DEFESA QUESITADAS COMO INCIDENTES NA FIGURA DO FALSO TESTEMUNHO, PORQUE EXISTEM FORTES INDÍCIOS DE TEREM FALTADO COM A VERDADE, ALÉM DO QUE SE CONSTITUI EM DIREITO DAS PARTES O ATO DE REQUERER A QUESITAÇÃO COM TAL FINALIDADE. 4. NO MÉRITO, NÃO SE ACOLHE A PRETENSÃO DE APELANTE DE SER EXCULPADO DO CRIME QUE LHE É ATRIBUÍDO, À ARGUMENTAÇÃO DE QUE, PELO ADVOGADO QUE O ASSISTIU, DURANTE PARTE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO, TINHA SIDO INDUZIDO A ASSUMIR A AUTORIA DO CRIME DO QUAL O MESMO CAUSÍDICO FOI INDICIADO COMO MANDANTE, QUANDO, NA PRESENÇA DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, HOUVE CONFISSÃO DE AUTORIA, NO INQUÉRITO POLICIAL, EM ESPECIAL QUE NOS AUTOS SE CONTÊM FARTOS ELEMENTOS PROBANTES DE QUE PRATICOU O REFERIDO DELITO. 5. TENDO SIDO, INDIVIDUOSAMENTE, EQUÍVOCA A FIXAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA DO CO-RÉU DO APELANTE, NÃO HÁ QUE SE DEFERIR A MODIFICAÇÃO DO REGIME FIXADO NO CASO DESTE ÚLTIMO A PRETEXTO DE TRATAMENTO IGUALITÁRIO, VEZ QUE NÃO EXISTE ISONOMIA AO ERRO.

**(Ap.Crim. - PA Acórdão nº45.011. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. 3ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 21/03/2002).**

**CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. RÉU PRONUNCIADO E DENUNCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CRIME CULPOSO. IRRESIGNAÇÃO DA ACUSAÇÃO. PROVA. FORMA DOLOSA CONFIGURADA PELA PALAVRA DO RÉU.**

RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. RÉU DENUNCIADO E PRONUNCIADO PELA PRÁTICA DE CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. DESCLASSIFICAÇÃO DODELITO PELO EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI PARA HOMICÍDIO CULPOSO. IRRESIGNAÇÃO DA ACUSAÇÃO. PROVAS APRECIADAS NO PROCESSO, INCLUSIVE A PALAVRA DO PRÓPRIO RÉU DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL A CONFIGURAR A FORMA DOLOSA DO CRIME. SE ASSIM OCORRE, NÃO PODEM ESSAS PROVAS CONSTANTES NOS AUTOS, SEREM DESCONSIDERADAS EM FACE DE UMA NOVA VERSÃO DO ACUSADO PERANTE AOS SENHORES JURADOS, A QUAL INCLUSIVE NÃO ENCONTRA MENOR RESSONÂNCIA NOS AUTOS, E IMPÕE A SUJEIÇÃO DO MESMO A NOVO JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

**(Ap.Crim.-Pa. Acórdão nº 45.400. Relatora: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA 3ª Câmara Criminal. Unânime. Julgamento: 02/05/200).**

**HOMICÍDIO SIMPLES. LEGÍTIMA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. JULGAMENTO POPULAR. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. SENTENÇA. NULIDADE. QUESITO MÁ FORMULAÇÃO. INOCORRÊNCIA.**

APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO SIMPLES. LEGÍTIMA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. JULGAMENTO POPULAR. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. SENTENÇA. NULIDADE. QUESITO MÁ FORMULAÇÃO. INOCORRÊNCIA. I- ESTANDO A DECISÃO DOS JURADOS PAUTADA NA VERSÃO QUE MELHOR ESPELHA A REALIDADE DAS PROVAS COLIGIDAS PARA OS AUTOS, TODAS A DEMONSTRAR DE FORMA CRISTALINA A CULPABILIDADE E RESPONSABILIDADE DO RÉU NO EVENTO DELITUOSO, INEXISTE CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. II- NÃO SE PODE FALAR EM NULIDADE DO JULGAMENTO POR MÁ FORMULAÇÃO DOS QUESITOS, SE ESTES FORAM ELABORADOS DE ACORDO COM O ESPOSADO NO ART. 484, VI DO CPP. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

**(Ap.Crim.- Pa. Acórdão nº 45.110. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 26/03/2002).**



**CRIME DE HOMICÍDIO SIMPLES. LEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA.NECESSIDADE DE NOVO JÚRI.**

RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. CRIME CAPITULADO NO ART. 121, "CAPUT", DO CPB. APELANTE IRRESIGNADO COM SUA CONDENAÇÃO A 11 ANOS DE RECLUSÃO EM REGIME FECHADO, RECORRE SOB A TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. ALEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DAS PROVAS PRODUZIDAS NO PROCESSO PARA SUSTENTAR A TESE DA PROMOTORIA, QUE AFIRMA TER ELE UTILIZADO SEDE UM PEDAÇO DE PAU PARA APLICAR VIOLENTO GOLPE NA CABEÇA DA VÍTIMA, PROVOCANDO-LHE A MORTE. CORPO DA VÍTIMA ENCONTRADO NO RIO. NÃO CONSTATAÇÃO PELOS PERITOS NEM PELAS TESTEMUNHAS, DA PRESENÇA DE QUAISQUER VESTÍGIOS ABONADORES DA TESE DE ACUSAÇÃO. LAUDO PERICIAL QUE SE RESENTE DE ELEMENTOS TÉCNICOS PARA SUSTENTAR A VERSÃO DA PROMOTORIA. CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL NÃO RATIFICADA EM JUÍZO, NÃO SE CONSTITUINDO, PORTANTO, ELEMENTO ABSOLUTO PARA FORMAR CONVICÇÃO AOS JURADOS. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS NA INSTRUÇÃO E POR OCASIÃO DO JULGAMENTO PELO CONSELHO DE SENTENÇA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. NECESSIDADE DE NOVO JÚRI. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim.- Pa. Acórdão nº 45.286. Relator: Des. JAIME DOS SANTOS ROCHA 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 02/05/2002).

**LEI DE IMPRENSA (LEIN. 5.250/67). CRIME DE DIFAMAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO POR MEIO DE EXCEÇÃO DA VERDADE.**

LEI DE IMPRENSA (LEIN. 5.250/67). CRIME DE DIFAMAÇÃO DESCARACTERIZADO POR MEIO DE EXCEÇÃO DA VERDADE. ALEGAÇÃO DE QUE O CRIME DE INJÚRIA TERIA ABSORVIDO PELO CRIME DE DIFAMAÇÃO E POR ISSO TAMBÉM TERIA SIDO DESCARACTERIZADO. INOCORRÊNCIA DE ABSORÇÃO DE UM CRIME PELO OUTRO. INJÚRIA QUE, ENTRETANTO NÃO FICOU CARACTERIZADA UMA VEZ QUE NÃO HÁ PROVAS DE QUE O APELANTE AGIU COM O INTUITO DELIBERADO DE OFENDER A INTEGRIDADE MORAL DO APELADO. AUSÊNCIA DO ELEMENTO SUBJETIVO INDISPENSÁVEL PARA A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME. CRÍTICA QUE NÃO EXTRAPOLOU OS LIMITES CONSTITUCIONAIS IMPOSTOS AO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO. RECURSO PARA ABSOLVER O APELANTE DAS ACUSAÇÕES CONSTANTES DA DENÚNCIA.

(Ap.Crim.- Pa. Acórdão nº 45.285. Relator: Des. ERONIDES SOUZA PRIMO. 3ª Câmara Criminal Isolada. Unânime. Julgamento: 08/05/2002).

**HOMICÍDIO DOLOSO. EXCLUDENTE DE ANTIJURICIDADE AFASTAMENTO. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL. CONTRARIEDADE. RECURSO PROVIDO.**

APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO DOLOSO. EXCLUDENTE DE ANTIJURICIDADE. AFASTAMENTO. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL. CONTRARIEDADE. RECURSO PROVIDO. 1. O CONJUNTO PROBATÓRIO É INSUFICIENTE PARA COMPROVAR, EXTREME DE DÚVIDA, A EXCLUDENTE DE ANTIJURICIDADE, DEVENDO A MESMA SER AFASTADA, MÁXIME, QUANDO A VÍTIMA É ATINGIDA, APÓS DUAS TENTATIVAS QUE FALHARAM, PELO TERCEIRO DISPARO QUE LHE ATINGIU AS COSTAS, NO MOMENTO EM QUE JÁ SE RETIRAVA DO LOCAL CORRENDO.

2. ATIRAR NUMA PESSOA EM FUGA CONTRARIA O CONCEITO DE ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL, FACE À MEDIDA UTILIZADA SE EXCESSIVA, DESNECESSÁRIA E INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE. 3. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO, PARA SUBMETER O APELADO A NOVO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.

**(Ap.Crim.- Pa. Acórdão nº 45.355. Relato: Des. RÔMULO NUNES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Maioria de votos. Julgamento: 07/05/2002).**

**CRIME CONTRA A HONRA. IMUNIDADE PREVISTA NO ART. 29, VIII DA CF.**

MESMO SE TRATANDO DE UM CRIME CONTRA A HONRA, INCIDE A IMUNIDADE PREVISTA NO ART.29, INC. VIII DA CF, QUANDO COMETIDO POR VEREADOR, NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES INERENTES AO MANDATO, NO LIMITE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO A QUE ESTÁ VINCULADO O SEU MANDATO.

**(Ap.Crim.- Pa. Acórdão nº 45.112. Relator: Des. RÔMULO NUNES. 2ª Câmara Criminal Isolada. Julgamento: 19/04/2002).**

**LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. LEGÍTIMA DEFESA. INOCORRÊNCIA. FALTA DE REQUISITOS DA ATUALIDADE E MODERAÇÃO. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE COMPROVADA.**

PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE PERÍCIA INDISPENSÁVEL À FORMAÇÃO DA CULPA, DEFICIÊNCIA DE DEFESA E DEFICIÊNCIA DA SENTENÇA. REJEITADAS POR FALTA DE AMPARO LEGAL. 2. MÉRITO. LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. HIPÓTESE EM QUE A VÍTIMA FOI ESPANCADA E FALECEU 09 DIAS DEPOIS EM DECORRÊNCIA DE LACERAÇÃO CEREBRAL (TRAUMATISMO CRÂNIO ENCEFÁLICO). 2.1. ALEGAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA. INOCORRÊNCIA. FALTA DOS REQUISITOS DA ATUALIDADE E MODERAÇÃO. AÇÃO TEMPORAL E EXCESSIVA. 2.2. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE A AÇÃO DO AGENTE E A MORTE DA VÍTIMA. AGRÊSSÕES QUE NÃO PODEM SER EXCLUÍDAS DA CADEIA DE FATOS QUE OCASIONARAM O EFEITO MORTE. INTELIGÊNCIA DO ART. 13 DO CÓDIGO PENAL. TEORIA DA EQÜIVALÊNCIA DAS CONDIÇÕES. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE COMPROVADA. 2.3. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE FIXADA DE ACORDO COM AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS RELACIONADAS AO ACUSADO. IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE PENA INTERIOR.

(Ap.Crim. Pa.- Acórdão nº 45.346. Relator: Desa. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA 3ª Câmara Criminal Isolada. Julgamento: 02/05/2002).

**JULGAMENTO POPULAR. RECURSO DO RMP E DEFESA. HOMICÍDIO DOLOSO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. DESCLASSIFICAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. UNICIDADE DE CRIME E PLURALIDADE DE AGENTES. CO-AUTORIA. DOLO DIRETO E EVENTUAL. ATIVIDADE CONSCIENTE E CONCRETA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO CRIMINOSO. REDUÇÃO DA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME INVIABILIDADE.**

APELAÇÃO. JULGAMENTO POPULAR. RECURSO DO RMP E DEFESA. HOMICÍDIO DOLOSO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. DESCLASSIFICAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. UNICIDADE DE CRIME E PLURALIDADE DE AGENTES. CO-AUTORIA. DOLO DIRETO E EVENTUAL. ATIVIDADE CONSCIENTE E CONCRETA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO CRIMINOSO. REDUÇÃO DA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE REGIME. INVIABILIDADE. I. AO ACEITAR A TESE DA DEFESA E DESCLASSIFICAR O CRIME DE HOMICÍDIO DOLOSO PARA O CULPOSO, SOMENTE COM RELAÇÃO A UM DOS ACUSADOS, O QUAL, CONTRIBUIU DE FORMA CONSCIENTE E CONCRETA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO CRIMINOSO, A DECISÃO DO CONSELHO DE SENTENÇA CONTRARIOU AS PROVAS DOS AUTOS SOMENTE EM RELAÇÃO A ESTE. IMPOSSIBILIDADE, NO TIPO PENAL DE RECONHECIMENTO DA ESPÉCIE CULPOSA. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. II. COM RELAÇÃO AOS DEMAIS CO-AUTORES, HARMÔNICA E CORRETA SE MOSTRA A DECISÃO DOS JURADOS, COM O CONJUNTO PROBATÓRIO, BEM COMO, COM A DOSIMETRIA DA PENA APLICADA. ADEMAIS, EM SE TRATANDO DE CRIME HEDIONDO, DEFESO SE TORNA A PROGRESSÃO DE REGIME PLEITEADA. RECURSO DO ÓRGÃO MINISTERIAL CONHECIDO E PROVIDO PARA QUE O RÉU SEJA SUBMETIDO A NOVO JULGAMENTO. RECURSOS DOS RÉUS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

**(Ap.Crim. - PA Acórdão nº45.079. Relator: Des. FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 02/04/2002).**

**CRIME DE ROUBO QUALIFICADO. CIRCUNSTÂNCIA ANALISADAS E INDIVIDUALIZADAS. REDUÇÃO DO QUANTUM DA PENA.**

APELAÇÃO PENAL - ART. 129, "CAPUT" C/C ART. 157, §2º, I E II C/C ART. 71, CPB - CRIME DE ROUBO QUALIFICADO - RECURSO NÃO VISA DISCUTIR A AUTORIA DO DELITO, POIS ESTA É PATENTE, MAS SIM EXACERBAÇÃO NA APLICAÇÃO DA PENA, CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 59, DO CPB, DEVEM SER ANALISADAS E INDIVIDUALIZADAS PARA CADA CO-RÉU. ASSIM, EXCESSIVA ESTÁ A PENA APLICADA TENDO EM VISTA AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS AO APELANTE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE, PARA REDUZIR O QUANTUM DA PENA APLICADA, MANTENDO-SE O MÉRITO DO JULGADO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap.Crim. - PA Acórdão nº45.628. Relatora: Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 22/05/2002).

**TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO TENTADO. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO PELO TEXTO PROBATORIO. DOLO EVENTUAL. EQUIPARAÇÃO DOLO DIRETO. MOTIVO FÚTIL RECONHECIDO. EMBRIAGUEZ AUSÊNCIA DE EXAME PERICIAL. SENTENÇA. OBSERVÂNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS.**

APELAÇÃO PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO TENTADO. PRELIMINAR DE IRREGULARIDADE NA FORMULAÇÃO DOS QUESITOS, SOB ALEGAÇÃO DA AUSÊNCIA DA TESE DEFENSIVA. REJEITADA À UNANIMIDADE. MÉRITO: A MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADOS PELO CONTEXTO PROBATORIO DOS AUTOS. DOLO EVENTUAL EQUIPARADO A DOLO DIRETO (ART. 18, INCISO I, DO CPB). MOTIVO FÚTIL RECONHECIDO NA PRÁTICA DELITIVA, AUSÊNCIA DE EXAME PERICIAL NECESSÁRIO PARA COMPROVAR A EMBRIAGUEZ COMPLETA DO AGENTE, A PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES NÃO ADSTRINGE A APLICAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL, QUANDO A SENTENÇA CONDENATÓRIA OBSERVA TODAS AS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS INSCULPIDAS NO ARTIGO 59, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO EM FACE DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

(Ap. Crim. - PA Acórdão nº45.443. Relatora: Desa. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO. 2ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 07/05/2002).

**ROUBO QUALIFICADO - PROVA TESTEMUNHAL RESTRITA AOS DEPOIMENTOS DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES E À PALAVRA DA VÍTIMA. EFICÁCIA PROBATÓRIA.**

APELAÇÃO PENAL - ROUBO QUALIFICADO - PROVA TESTEMUNHAL RESTRITA AOS DEPOIMENTOS DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES E À PALAVRA DA VÍTIMA - O TESTEMUNHO DE POLICIAIS POSSUI EFICÁCIA PROBATÓRIA, ESPECIALMENTE QUANDO PRESTADO EM JUÍZO E EM COTEJO COM A CONFISSÃO DOS RÉUS - A PALAVRA DA VÍTIMA MERECE CREDIBILIDADE DESDE QUE SEGURA E, SOBRETUDO, SE ALIADA AO RESTANTE DAS PROVAS EXISTENTES NOS AUTOS - MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO SOBEJAMENTE COMPROVADAS NOS AUTOS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**(Ap.Crim. - PA. Acórdão nº45.441. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO. 1ª C.Crim.I. Unânime. Julgamento: 14/05/2002).**

## **HABEAS CORPUS**





**FORMAÇÃO DE QUADRILHA. ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. SUSPENSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL.**

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR - PACIENTE INCURSONA SANÇÃO PUNITIVA DO ART. 288 DO CPB - FORMAÇÃO DE QUADRILHA - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - REÚ PRESO PREVENTIVAMENTE POR ESTE DELITO., MAS ESTAVA SOBRE LIVRAMENTO CONDICIONAL E, TENDO VOLTADO A DELINQUÍR, A JUÍZA DE EXECUÇÕES PENAS SUSPENDEU O LIVRAMENTO.

**(H.C.Lib. - PA Acórdão nº45.659. Relatora: Desa. THEREZINHA MARTINS DA FONSECA C.Crim. R. Unânime. Julgamento: 03/06/2002).**

**HABEAS CORPUS PREVENTIVO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ORDEM JUDICIAL - DESOBEDIÊNCIA - ORDEM CONCEDIDA.**

PENAL. "HABEAS CORPUS" PREVENTIVO. DESOBEDIÊNCIA À ORDEM JUDICIAL DE DEVOLUÇÃO DE CARRO EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO JULGADA IMPROCEDENTE. IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA CITADA ORDEM. REMOÇÃO DO CITADO BEM PARA A AGÊNCIA DO BMG, DE BELO HORIZONTE, DEVIDO À EXTINÇÃO DA AGÊNCIA BELÉM. GARANTIA DO RESSARCIMENTO DO VALOR PELO BMG. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO UNÂNIME.

**(H.C. Prev. - PA Acórdão nº45.682. Relator: Des. WERTHER BENEDITO COELHO. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 17/12/2001).**

**CRIME DE FURTO DE GADO E FORMAÇÃO DE BANDO. PACIENTES DENUNCIADOS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. DELONGA PROCESSUAL JUSTIFICADA.**

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. PACIENTES DENUNCIADOS PELA PRÁTICA DOS CRIME DE FURTO DE GADO E FORMAÇÃO DE BANDO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA POR ESTAREM PRESENTES OS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO QUE, APESAR DE CONFIGURADO, OS PACIENTES JÁ FORAM INTERROGADOS, E, MESMO COM AS DIFICULDADES,, ESTÁ HAVENDO TOTAL EMPENHO PARA QUE A TRAMITAÇÃO TENHA CELERIDADE - DELONGA PROCESSUAL JUSTIFICADA E DENTRO DO JUÍZO DE RAZOABILIDADE - PREVALÊNCIA DO PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO SOCIETATE". PRESENTES OS MOTIVOS QUE AUTORIZAM A PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE CONCESSÃO DE FIANÇA INCABÍVEL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

**(H.C.Lib. c/Ped.Lim. - PA Acórdão nº45.566. Relatora: Desa. RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 20/05/2002).**

**HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DESCUMPRIMENTO - PRISÃO CIVIL - DECRETO LEI Nº911/69 - ORDEM CONCEDIDA.**

HABEAS CORPUS PREVENTIVO - COM PEDIDO DE LIMINAR - PRINCIPAL FUNDAMENTO. PRISÃO CIVIL EM DECORRÊNCIA DE DESCUMPRIMENTO DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DECRETO LEI 911/69, NÃO RECEPCIONADA PELA ATUAL CONSTITUIÇÃO POR NÃO SER DECORRENTE DE UM CONTRATO DE DEPÓSITO. ORDEM CONCEDIDA. DECISÃO POR UNANIMIDADE.

**(H.C.Prev.c/p.lim. - PA Acórdão nº45.733. Relatora: Desa. ROSA MARIA PORTUGAL GUEIROS. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 20/05/2002).**

**HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRISÃO CIVIL - ILEGALIDADE.**

HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRISÃO CIVIL - ILEGALIDADE - NA RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA NÃO SE RECONHECE CONTRATO DE DEPÓSITO TÍPICO, MOTIVO PELO QUAL DESCABE A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR INADIMPLENTE (PRECEDENTE DO STJ) - O ART. 5º, LXVII DA CF/88 CONTEMPLA O DEPOSITÁRIO PROPRIAMENTE DITO DESCRITO NOS ARTIGOS 1.265 E 1.287 DO CÓDIGO CIVIL - PELA SITUAÇÃO PROCESSUAL INSTAURADA NÃO CABE EQUIPARAÇÃO DE FIDUCIANTE E DEPOSITÁRIO - ORDEM CONCEDIDA - UNÂNIME.

(H.C.Prev. - PA. Acórdão nº42.257. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 15/04/2002).

**SOCIEDADE MERCANTIL FALIDA. REPRESENTANTE LEGAL. PRISÃO ADMINISTRATIVA. ART. 35 DA LEI 7.661/45.**

HABEAS CORPUS PREVENTIVO, COM PEDIDO DE LIMINAR - IMPETRAÇÃO REPETIDA QUE NÃO CONSTITUI MERA REITERAÇÃO, EM FACE DE SE EMBASAR EM FATOS E DOCUMENTOS NOVOS - ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO À LIBERDADE, DECORRENTE DE "PRISÃO ADMINISTRATIVA" DECRETADA, COMBASE NO ART. 35 DA LEI N 7.661/45, CONTRA O REPRESENTANTE LEGAL DE SOCIEDADE MERCANTIL FALIDA, EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS II E III DO MESMO ESTATUTO DAS FALÊNCIAS E CONCORDATAS - CONCESSÃO DA ORDEM, EMBORA AQUELA MEDIDA PRISIONAL NÃO AFRONTE O DISPOSTO NO INCISO LXVII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO, EM RAZÃO DE NÃO SUBSISTIREM OS MOTIVOS QUE A ENSEJARAM - WRIT DEFETIDO, POR UNANIMIDADE. 1. A REPETIÇÃO DO HC MERECE SER CONHECIDA, CONSOANTE REMANSOSA ORIENTAÇÃO DE NOSSOS TRIBUNAIS, QUANDO NÃO CONSTITUI MERA REITERAÇÃO, POR SE FUNDAR EM FATOS NOVOS DOCUMENTALMENTE PROVADOS. 2. NÃO SÃO REVELADORES DO BOM DIREITOS PRECEDENTES JUDICIAIS QUE TÊM CONCLUÍDO PELO BANIMENTO DA PRISÃO PREVISTA NO ART. 35 DA LEI FALIMENTAR, EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 5º, INCISO LXVII, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, VEZ QUE NÃO SE TRATA NEM DE PRISÃO CIVIL E NEM DE PRISÃO POR DÍVIDA. 3. ORDEM QUE, NÃO OBSTANTE, SE DEFERE, PARA ILIDIR A SEGREGAÇÃO DOS PACIENTES, PORQUE COMPROVADAMENTE NÃO MAIS SUBSISTEM OS MOTIVOS QUE A ENSEJARAM.

(H.C.Prev.c/ped.Lim. - PA. Acórdão nº45.038. Relator: Des. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 25/03/2002).

**PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - AUSÊNCIA DE FORMALIDADES INDISPENSÁVEIS AO OFERECIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA.**

PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - AÇÃO PENAL CONTRA A EMPRESA GRANERO TRANSPORTES LTDA. - A RESPONSABILIDADE PENAL SOMENTE PODE SER ATRIBUÍDA AO HOMEM, PESSOA FÍSICA, QUE, COMO ÓRGÃO DA PESSOA JURÍDICA, A PRESENTIFIQUE NA AÇÃO DITA CRIMINOSA - PRELIMINAR DE INÉPCIA DA DENÚNCIA - NÃO IDENTIFICAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS LEGAIS DA FIRMA E NEM INDICAÇÃO DE SUAS POSSÍVEIS CONDUTAS TÍPICAS E ANTIJURÍDICAS - AUSÊNCIA DE FORMALIDADES INDISPENSÁVEIS PARA OFERECIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA - DENÚNCIA EM DESACORDO COM O ART. 41 DO CPP - PRELIMINAR ACOLHIDA - ORDEM CONCEDIDA - UNÂNIME.

**(H.C.p/tranc.APen. - PA Acórdão nº45.073. Relatora: Desa. YVONNE SANTIAGO MARINHO. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 01/04/2002);**

**ALEGAÇÃO DE ABUSO E ARBITRÍO POR PARTE DO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. PRISÃO SEM REQUISITOS LEGAIS. LIBERDADE CONCEDIDA. PERDA DE OBJETO.**

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ALEGAÇÃO DE ABUSO E ARBITRÍO POR PARTE DO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. PRISÃO SEM REQUISITOS LEGAIS. LIBERDADE CONCEDIDA PELO JUÍZO **AQUO**, PERDENDO-SE, PORTANTO, O OBJETO DO WRIT. FEITO PREJUDICADO.

**(H.C.Liberatório.c/ped.lim. Pa.- Acórdão nº 45.341. Relatora. Desa. MARIA DE NAZARETH BRABO DE SOUZA Câmaras Criminais Reunidas. Julgamento. Julgamento: 15/04/2002).**

**ALEGAÇÃO DE CRIME AFIANÇÁVEL. DIREITO DE FIANÇA NÃO CONFIGURADO. SOMA DAS PENAS ULTRAPASSA O MÍNIMO ESTABELECIDO NO ART. 323, I, DO CPPB. ILEGALIDADE DA PRISÃO. ORDEM CONCEDIDA.**

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ALEGAÇÃO DE CRIME AFIANÇÁVEL. DIREITO DE FIANÇA NÃO CONFIGURADO, POIS A SOMA DAS PENAS ULTRAPASSA O MÍNIMO ESTABELECIDO, NO ART. 323, I, DO CPPB. MESMO INAFIANÇÁVEL ADMITE-SE, LIBERDADE PROVISÓRIA EM RAZÃO DE O PACIENTE NÃO INCORRER NOS REQUISITOS DO RT. 312, DO CPPB. ILEGALIDADE DA PRISÃO CONFIGURADA, SANÁVEL PELA VIA DO WRIT. ORDEM CONCEDIDA, UNANIMEMENTE.

**(H.C. Liberatório. c/pedido de lim. Pa.- Acórdão nº 45.453. Relator. Des. ERONIDES SOUZA PINTO. Câmaras Criminais Reunidas. Julgamento: 29/04/2002).**

**PRELIMINAR DE NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. INEXISTÊNCIA. OBEDIÊNCIA DO ART. 362 DO CPP. MÉRITO. EXTENSÃO DE DECISÃO QUE BENEFICIA O RÉU EM CONCURSO DE PESSOAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 580 DO CPP. ORDEM NEGADA.**

HÁBEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRELIMINAR DE NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. INEXISTÊNCIA. OBEDIÊNCIA DO ART. 362 DO CPP. MÉRITO. EXTENSÃO DE DECISÃO QUE BENEFICIA O RÉU EM CONCURSO DE PESSOAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 580 DO CPP. A DECISÃO QUE FAVORECE SÓ PODERÁ SER ESTENDIDA SE FOREM IDÊNTICAS AS SITUAÇÕES DOS CO-AUTORES NO MESMO PROCESSO. ORDEM NEGADA.

**(H.C.Lib. - PA Acórdão nº45.445. Relatora: Desa. MARTA INÊS ANTUNES JADÃO. C.CrimR. Unânime. Julgamento: 15/04/2002).**

**PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO. FALTA DE MANIFESTAÇÃO ACERCA DO RELAXAMENTO OU MANIFESTAÇÃO. TUMULTO PROCESSUAL. ARTIGO 171 DO CPB. LIBERDADE PROVISÓRIA ADMITIDA MEDIANTE FIANÇA. ORDEM CONCEDIDA.**

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR CONCEDIDA - DESPACHO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE APENASCITOU OS ARTIGOS ENSEJADORES DA DECRETAÇÃO SEM FAZER A NECESSÁRIA FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO - AUTORIDADE COATORA NÃO PRESTOU QUAISQUER ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA APRECIÇÃO DO AUTO DE FLAGRANTE - CUSTÓDIA PREVENTIVA DECRETADA SEM MANIFESTAÇÃO ACERCA DO RELAXAMENTO OU MANUTENÇÃO DO MESMO, GEROU GRANDE TUMULTO PROCESSUAL - CRIME IMPUTADO AO PACIENTE É O DO ARTIGO 171 DO CPB QUE ADMITE A LIBERDADE PROVISÓRIA MEDIANTE FIANÇA - ORDEM CONCEDIDA - DECISÃO UNÂNIME.

**(H.C.Lib.c/ped.Lim. - PA Acórdão nº45.123. Relatora: Desa. HERALDA DALCINDA BLANCO RENDEIRO. C.Crim.R. Unânime. Julgamento: 1º/04/2002).**

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

### AÇÃO PENAL

- CRIMES CONTRA A HONRA - AUTORIDADE JUDICIÁRIA - PRÁTICA DE ATOS JUDICIAIS - NULIDADE INSANÁVEL - CONFLITO NEGATIVO - ATIPICIDADE E EXCLUSÃO DE ANTIJURIDICIDADE - REJEIÇÃO DA QUEIXA..... 51

### AÇÃO RESCISÓRIA

- AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO DE DESPEJO. PROVA DOCUMENTAL. INEXISTANCIA.11

### AGRAVO

- ALIMENTOS - ASSISTÊNCIA JUDICIARIA - PRINCIPIO DA PERPETUAÇÃO DE JURISDIÇÃO - ARTIGO 87 DO CPC - COMPETÊNCIA DETERMINADÁ PELO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO - MODIFICAÇÕES DE ESTADO DE FATO E DE DIREITO - IRRELEVÂNCIA..... 15
- AÇÃO DE ALIMENTOS. DECISÃO QUE FIXOU ALIMENTOS PROVISÓRIOS. LEI Nº8.971/94. INTERESSES DO MENOR. PROVIMENTO.. ..... 15
- AÇÃO CAUTELAR INOMINADA SATISFATIVA DE SUBSTITUIÇÃO DE GARANTIA HIPOTECÁRIA E PIGNORATÍCIA, MEDIANTE CAUÇÃO DE TÍTULO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL LIMINAR CONCEDIDA. INADMISSIBILIDADE..... 16
- CONSTITUCIONAL. ART. 163 DA CF E ART. 62 DA CE. REPASSE DE DUODÉCIMO. ARBITRAMENTO. PRAZO. TUTELA ANTECIPADA. IMPOSSIBILIDADE..... 16
- AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM AÇÃO DE DEPÓSITO. FALTA DE ENTREGA DA COISA E DE CONSIGNAÇÃO EM DINHEIRO. DEPOSITÁRIO INFIEL. PRISÃO CIVIL. DECRETAÇÃO..... 17
- INVENTÁRIO. ILEGALIDADE. CASSAÇÃO DE DESPACHO. .... 18
- RENOVATÓRIA. ALUGUÉIS PROVISÓRIOS. PRECLUSÃO. PERÍCIA. LIMITE LEGAL.RENOVATÓRIA. ALUGUÉIS PROVISÓRIOS. PRECLUSÃO. PERÍCIA. LIMTE LEGAL..... 18
- DIREITO COMERCIAL. DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. CHEQUE PRESCRIÇÃO..... 19
- AÇÃO REIVINDICATÓRIA. ART. 524 DO CC. DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. LEILÃO PÚBLICO. ARREMATACÃO. DEC-LEI 70/66.20

### APELAÇÃO CIVEL

- CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. CONEXÃO ENTRE AÇÕES. INSUFICIÊNCIA DE DEPÓSITO. RESILIÇÃO DO ATO JURÍDICO. RECURSO IMPROVIDO. .... 23

- AÇÃO DE EXECUÇÃO. EXTINÇÃO SOB RESPALDO NO ART. 129 DO CPC. EXCESSO PRATICADO PELO JUÍZO PROCESSANTE. CARACTERIZAÇÃO. NULIDADE DECRETADA..... 23
- AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. LIBERAÇÃO DO CÂMBIO OCASIONOU MAJORAÇÃO NAS PARCELAS CONTRATUAIS..... 24
- PROVENTOS DE APOSENTADORIA. DIFERENÇA. SENTENÇA JUDICIAL PROFERIDA EM DESFAVOR DO INSS. APELO PROVIDO..... 24
- ADOLESCENTE. AUTOS DE INVESTIGAÇÃO DE ATO INFRACIONAL PREVISTO NO ART. 121, § 2º, INCISOS II E IV, C/C O ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. APLICAÇÃO DE MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE INTERNAÇÃO..... 25
- AÇÃO ORDINÁRIA. INFORMAÇÕES SOBRE CONTA CORRENTE DE CLIENTE. RESGUARDO. NEGLIGÊNCIA DOS PREPOSTOS DO BANCO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO MORAL..... 25
- DIVÓRCIO E ALIMENTOS - SENTENÇA CONSIDERADA NULA - AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO REALIZADA SEM OBEDECER AOS TRÂMITES LEGAIS..... 26
- AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA POR ARBITRAMENTO - SENTENÇA SUCINTA - LAUDO PERICIAL - OBSERVÂNCIA DE PONTOS ESSENCIAIS DA DEMANDA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO - ALTERAÇÃO DO MONTANTE DA INDENIZAÇÃO..... 26
- FALTA DE OITIVA DE TESTEMUNHAS. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. PROMOTOR DE JUSTIÇA. TEMPO DE SERVIÇO. PROMOÇÃO..... 27

## APELAÇÃO CRIMINAL

- TRIBUNAL DO JÚRI. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPUTAÇÃO DO CRIME AO ADVOGADO QUE DEFENDIA O RÉU. TRATAMENTO DESIGUAL. IMPOSIÇÃO DE REGIME FECHADO INTEGRALMENTE..... 55
- CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. RÉU PRONUNCIADO E DENUNCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CRIME CULPOSO. IRRESIGNAÇÃO DA ACUSAÇÃO. PROVA. FORMA DOLOSA CONFIGURADA PELA PALAVRA DO RÉU..... 56
- HOMICÍDIO SIMPLES. LEGÍTIMA DEFESA. IMPROCEDÊNCIA. JULGAMENTO POPULAR. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. SENTENÇA. NULIDADE. QUESITO MÁ FORMULAÇÃO. INOCORRÊNCIA..... 56
- CRIME DE HOMICÍDIO SIMPLES. LEGAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA PROBATORIA. NECESSIDADE DE NOVO JÚRI..... 57
- LEI DE IMPRENSA (LEIN. 5.250/67). CRIME DE DIFAMAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO POR MEIO DE EXCEÇÃO DA VERDADE..... 57
- HOMICÍDIO DOLOSO. EXCLUDENTE DE ANTIJURICIDADE. AFASTAMENTO. ESTRITO CUMPRIMENTO DE DEVER LEGAL. CONTRARIEDADE. RECURSO PROVIDO..... 58
- CRIME CONTRA A HONRA. IMUNIDADE PREVISTA NO ART. 29, VIII DA CF..... 58



- LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE. LEGÍTIMA DEFESA. INOCORRÊNCIA. FALTA DE REQUISITOS DA ATUALIDADE E MODERAÇÃO. RELAÇÃO DE CAUSALIDADE COMPROVADA..... 59
- JULGAMENTO POPULAR. RECURSO DO RMP E DEFESA. HOMICÍDIO DOLOSO E OCULTAÇÃO DE CADÁVER. DESCCLASSIFICAÇÃO. HOMICÍDIO CULPOSO. CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. UNICIDADE DE CRIME E PLURALIDADE DE AGENTES. CO-AUTORIA. DOLO DIRETO E EVENTUAL. ATIVIDADE CONSCIENTE E CONCRETA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO CRIMINOSO. REDUÇÃO DA DOSIMETRIA. IMPOSSIBILIDADE. CRIME HEDIONDO. PROGRESSÃO DE RÉGIME. INVIABILIDADE. .... 60
- CRIME DE ROUBO QUALIFICADO. CIRCUNSTÂNCIA ANALISADAS E INDIVIDUALIZADAS. REDUÇÃO DO QUANTUM DA PENA..... 61
- TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO TENTADO. MATERIALIDADE E AUTORIA. COMPROVAÇÃO PELO TEXTO PROBATORIO. DOLO EVENTUAL. EQUIPARAÇÃO A DOLO DIRETO. MOTIVO FÚTIL RECONHECIDO. EMBRIAGUEZ. AUSÊNCIA DE EXAME PERICIAL. SENTENÇA. OBSERVÂNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. .... 61
- ROUBO QUALIFICADO - PROVA TESTEMUNHAL RESTRITA AOS DEPOIMENTOS DE POLICIAIS CIVIS E MILITARES E À PALAVRA DA VÍTIMA. EFICÁCIA PROBATORIA..... 62

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA

- CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUIZ DE PLANTÃO..... 31
- CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - INFRAÇÕES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO - LEI 9.099/95 - JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. .... 31

## EXCEÇÃO DE COMPETÊNCIA

- EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO - JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI - MATÉRIA CONTROVERTIDA - PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ - ATOS JUDICIAIS PRATICADOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO - ACEITAÇÃO TÁCITA DA DECISÃO JUDICIAL - NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA ORDEM DOS TRABALHOS - MAGISTRADA DE RECONHECIDA COMPETÊNCIA E INTEGRIDADE LIVRE DE QUALQUER MÁCULA..... 35

## HABEAS CORPUS

- FORMAÇÃO DE QUADRILHA. ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. SUSPENSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL..... 65
- HABEAS CORPUS PREVENTIVO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ORDEM JUDICIAL - DESOBEDIÊNCIA - ORDEM CONCEDIDA. .... 65

- CRIME DE FURTO DE GADO E FORMAÇÃO DE BANDO. PACIENTES DENUNCIADOS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. DELONGA PROCESSUAL JUSTIFICADA..... 66
- HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DESCUMPRIMENTO - PRISÃO CIVIL - DECRETO LEI Nº911/69 - ORDEM CONCEDIDA..... 66
- HABEAS CORPUS PREVENTIVO COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRISÃO CIVIL - ILEGALIDADE..... 67
- PROCESSUAL PENAL - HABEAS CORPUS PARA TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL COM PEDIDO DE LIMINAR - LIMINAR INDEFERIDA - AUSÊNCIA DE FORMALIDADES INDISPENSÁVEIS AO OFERECIMENTO DA PEÇA ACUSATÓRIA..... 68
- ALEGAÇÃO DE ABUSO E ARBITRIO POR PARTE DO DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. PRISÃO SEM REQUISITOS LEGAIS. LIBERDADE CONCEDIDA. PERDA DE OBJETO..... 68
- ALEGAÇÃO DE CRIME AFIANÇÁVEL. DIREITO DE FIANÇA NÃO CONFIGURADO. SOMA DAS PENAS ULTRAPASSA O MÍNIMO ESTABELECIDO NO ART. 323, I, DO CPPB. ILEGALIDADE DA PRISÃO. ORDEM CONCEDIDA.69
- PRELIMINAR DE NULIDADE DE CITAÇÃO POR EDITAL. INEXISTÊNCIA. OBEDIÊNCIA DO ART. 362 DO CPP. MÉRITO. EXTENSÃO DE DECISÃO QUE BENEFICIA O RÉU EM CONCURSO DE PESSOAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 580 DO CPP. ORDEM NEGADA..... 69
- PRISÃO PREVENTIVA. DECRETAÇÃO. FALTA DE MANIFESTAÇÃO ACERCA DO RELAXAMENTO OU MANIFESTAÇÃO. TUMULTO PROCESSUAL. ARTIGO 171 DO CPB. LIBERDADE PROVISÓRIA ADMITIDA MEDIANTE FIANÇA. ORDEM CONCEDIDA..... 70

## MANDADO DE SEGURANÇA

- MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS. DIREITO À PROMOÇÃO PARA POSTO HIERARQUICAMENTE SUPERIOR. RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO NA PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE..... 39
- PRESTAÇÕES DE TRATO SUCESSIVO. RENOVAÇÃO DO PRAZO DECADENCIAL. OCORRÊNCIA A CADA MÊS QUE O ATO COATOR SE CONFIGURA. VANTAGENS DE CARÁTER PESSOAL EXCLUSÃO. SEGURANÇA CONCEDIDA..... 40

## REEXAME DE SENTENÇA

- AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO DE REMUNERAÇÃO E PROVENTOS - SERVIDORES APOSENTADOS DO IDESP - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - ADMISSIBILIDADE DO RECURSO..... 43
- APELAÇÃO - MANDADO DE SEGURANÇA - SUPRESSÃO DE PARCELAS DE PAGAMENTO - REVISÃO PELO PODER PÚBLICO - RECURSO IMPROVIDO..... 43

- AÇÃO DE EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DA SENTENÇA. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ ALCANÇADA PELO ÂMBITO DA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE. ADMISSIBILIDADE DA EXECUÇÃO. PRECATÓRIO A SER EXPEDIDO..... 44
- CONSTITUCIONAL ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PARA DELEGADO DE POLÍCIA. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À NORMA EDITALÍCIA. INOCORRÊNCIA. SEGURANÇA CONCEDIDA..... 44
- CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. REEXAME NECESSÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DE PONTOS NA CARTEIRA DE HABILITAÇÃO E COBRANÇA DE MULTAS REGISTRADAS POR FOTOSSENSORES - ARARAS. MEIO FOTOGRÁFICO NÃO REGULAMENTADO PELO COTRAN. FALTA DE PROVA DE NOTIFICAÇÃO DEVIDAMENTE EXPEDIDA. OFENSA AO ARTIGO 282, DO CTBEAO ART. 251, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CERCEAMENTO AO DIREITO DE AMPLA DEFESA..... 45